

# AS COMEMORAÇÕES DO 11 DE AGOSTO, NA ILHA TERCEIRA

CARLOS ENES

## 1. A Terceira e a Implantação do Regime Liberal

Com a instauração do regime liberal em Portugal, os terceirenses acabaram por se envolver no processo que pôs em confronto os partidários do novo regime e as forças absolutistas, lideradas por D. Miguel.

Em 1828, quando D. Miguel restaurou o absolutismo, o acontecimento foi largamente festejado em Angra, onde a população o apoiava maioritariamente. Contudo, um pequeno núcleo de opositores decidiu executar um plano de acção para repor o regime liberal, de acordo com os princípios da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro, em 1826.

Um grupo de continentais residentes em Angra e alguns terceirenses, liderados por Teotónio Bruges, oficial de milícias e senhor da maior casa vinculada da Terceira, puseram em marcha o projecto de reacção. Executaram-no com o apoio do Batalhão de Caçadores 5, chefiado pelo major Quintino Dias, e no dia 22 de Junho de 1828 aclamaram D. Pedro e a Carta Constitucional.

Formado um governo interino, os liberais terceirenses tiveram de enfrentar, durante algum tempo, as forças miguelistas da ilha. Mas o reforço das hostes liberais foi crescendo com a chegada de elementos continentais que se encontravam emigrados em França e em Inglaterra.

Angra acabou por se transformar na sede do governo português, preparando-se para dar resposta ao ataque previsível das forças de D. Miguel. O grande confronto ocorreu no dia 11 de Agosto de 1829, travando-se o combate na baía da vila da Praia. A vitória coube aos liberais e foi um marco decisivo para acelerar o triunfo do liberalismo a nível nacional.

Em 1832, D. Pedro dirigiu-se aos Açores e desembarcou em Angra, no dia 3 de Março do mesmo ano. Foi, então, organizado um exército que rumou ao continente, desembarcou no Mindelo e acabou por vencer as forças absolutistas.

Pela sua participação em todo este processo, a ilha Terceira acabou por ver reconhecida o seu empenhamento. Em 1837, a cidade de Angra recebeu braço de armas, o sobrenome de Heroísmo e o título de Sempre Constante; a vila da Praia, para além do braço, acrescentou o sobrenome de Vitória e o título de Muito Notável.

A nível individual, dois personagens foram também distinguidos: Teotónio Bruges e Pedro Homem de Noronha que receberam, respectivamente os títulos de Visconde de Bruges e Barão de Noronha. O valor desta nobilitação reside no facto de ter sido feita, em 1832, logo a seguir à do Conde de Vila Flor.

Os liberais terceirenses, em torno da figura de maior prestígio local, o Visconde de Bruges, mais tarde Conde da Praia, procuraram, desde cedo, construir a sua memória liberal e impô-la num meio bastante adverso.

## 2. As Comemorações Liberais

A festa cívica foi introduzida em Portugal logo após a Revolução Liberal, seguindo nas suas linhas gerais a festa comemorativa iniciada pela Revolução Francesa. Através dela, o Estado moderno contemporâneo pretendia ligar a população a um centro político que se desejava nacional e reafirmar a adesão aos valores revolucionários, promovendo a unidade e identidade dos membros da sociedade<sup>1</sup>.

Foi com este espírito que se elaborou um calendário comemorativo, em torno dos grandes acontecimentos que possibilitaram a implantação do regime. Na ilha Terceira, para além dos dias de grande gala nacional, foram comemorados os seguintes acontecimentos ligados à ilha: 12 de Janeiro, data da atribuição dos títulos e sobrenomes a Angra e Praia; 3 de Março, evocativo da chegada de D. Pedro a Angra; 22 de Junho, dia da proclamação da Carta Constitucional e dos direitos de D. Pedro, e o 11 de Agosto, data da vitória sobre a esquadra miguelista na Praia.

Com estes dias de gala comemoravam-se as vitórias e os grandes acontecimentos liberais, mas havia uma hierarquia estabelecida, de acordo com o valor que era atribuído a cada um. Na "tabella dos dias de gloria da Terceira"<sup>2</sup> surge em primeiro lugar o 22 de Junho, seguido do 11 de Agosto e do 3 de Março. Os terceirenses comemoravam, assim, com maior solenidade os dias em que a sua participação e o seu contributo eram considerados fundamentais em todo o processo.

A festa comemorativa, como meio privilegiado para a construção da memória liberal, era encarada pelos seus promotores como uma afirmação dos princípios que defendiam mas também como uma forma de manter "íntegro e intangível o sagrado culto da liberdade proclamada"<sup>3</sup>. Através da festa procura-se, portanto, a afirmação de determinados valores considerados válidos em cada acto comemorativo e transmiti-los às gerações futuras para que velem por eles e os mantenham sempre vivos: "as reminiscências da história dormem na nossa memória como uma espessa

camada de folhas caídas da grande árvore da vida; é necessário que, de tempos em tempos, um rijo sopro de energia as subleve e exponha à luz claríssima do Sol, para alento dos que passam, a lição aos que vêm a chegar”<sup>4</sup>.

Nos regimes que se seguiram à Monarquia Constitucional, o calendário dos feriados nacionais foi alterado e não foram consideradas algumas das datas comemorativas dos feitos liberais. Mas, a nível local, a Terceira continuou a consagrá-los: no período da República, o 22 de Junho e o 11 de Agosto foram escolhidos para feriados municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, respectivamente. Mas estes feriados foram alterados no período do Estado Novo que procurou, de várias formas, apagar essa memória liberal. A própria toponímia sofreu alterações com a substituição dos nomes dos largos “11 de Agosto” pelos de “Francisco de Ornelas”, na Praia da Vitória, e “Salazar”, em Angra do Heroísmo.

As iniciativas que se tomaram em torno da festa comemorativa foram, em grande medida, as grandes responsáveis pela criação de uma memória liberal, mas as numerosas obras de carácter historiográfico e literário também contribuíram para consolidar e perpetuar essa memória. O 11 de Agosto foi descrito por elementos de ambas as facções que nele participaram, com uma carga de subjectivismo própria de quem os viveu emocionalmente, projectando-o, assim, para a memória nacional. Do lado dos liberais vitoriosos saliente-se, por exemplo, Alexandre Herculano e Almeida Garret que estiveram na Terceira.

Mas os historiadores e escritores terceirenses também realçaram nas suas obras o “grande feito” dos terceirenses que contribuíram para a consolidação do novo regime. Das obras dos historiadores terceirenses merece destaque a descrição imparcial de Francisco Ferreira Drummond, num dos volumes dos Anais da Ilha Terceira.

### **3. As Comemorações do 11 de Agosto**

Como se referiu, este dia era o segundo da “Tabella dos Dias Imortais da Terceira, e da História da Restauração”<sup>5</sup> e, por isso, foi festejado em Angra e na Praia.

Nos artigos dos jornais, há um conjunto de ideias que se repetem regularmente. No geral, era apontado como um grande acontecimento que permitiu o desenrolar de outras operações que possibilitaram a instauração do regime liberal. Um excerto do jornal *O 11 de Agosto de 1829* pode servir de exemplo. Em primeiro lugar criticava-se o absolutismo que “levava para as masmorras, para o cadafalso e para o degredo, todos esses patriotas, em cujos peitos palpitava um coração livre”. De seguida, apresentava-se o evento como “pedra fundamental do magestoso edificio, que briosamente se levantou à custa de tantos sacrificios”. A concluir louvava-se a Praia que granjeou “um tropheo, um brazão, um nome pomposo e distinto”<sup>6</sup>. Outros

atributos transmitiam ainda a imagem que se pretendia do acontecimento: "talismã venerando" ou "elo magnífico e vivificador que na grande árvore da liberdade, deste força e heroísmo a um punhado de heroes"<sup>7</sup>.

Mas a imprensa, quando se referia ao 11 de Agosto introduzia, frequentemente, uma nota justificativa, reveladora de algumas feridas que não estavam totalmente saradas. Os liberais não esqueciam a mortandade ocorrida durante o confronto e rendiam homenagem aos mortos de ambos as facções. Começavam por deplorar, "como é dever de cristãos e de vencedores, a luta fratricida, quando os horrores do combate nos apresentam à memória as victimas da mesma patria, o sangue dos mesmos patriotas, as cinzas dos mesmos bravos". Mas, apesar dos horrores, a comemoração continuava a justificar-se porque era preciso não esquecer "a ideia que os arrojou ao combate, a causa por que lutaram". A comemoração tinha ainda por objectivo não só lembrar esses princípios mas também transportar para o futuro "o sucesso da ideia, a vitória do princípio"<sup>8</sup>. Foi sempre com esta perspectiva, e com os condicionalismos referidos, que se festejou o dia 11 de Agosto. O facto de ser comemorado nos dois centros urbanos contribuiu para que a memória liberal se alargasse e abrangesse uma franja mais larga da população.

Na cidade de Angra, as celebrações incluíam desfiles de tropas pelas ruas, acompanhados por música. Teotónio Bruges, tal como no 22 de Junho, também promovia o seu desfile, exibindo-se ao público, impondo a sua presença. O de 1844, por exemplo, mobilizou 800 pessoas<sup>9</sup>. As noites eram preenchidas com iluminações e música a tocar nos largos principais. Uma vez por outra, realizava-se uma tourada à corda e algumas sessões de teatro.

A data do 11 de Agosto era por vezes escolhida como dia simbólico para algumas iniciativas. Em 1849, o Regimento de Infantaria apresentou o seu novo uniforme<sup>10</sup> e, no ano seguinte, a iluminação foi enriquecida com uma novidade que impressionou o público: a apresentação de fogo de artifício, "com um simulacro de acção entre quatro embarcações e três castelos"<sup>11</sup>. No ano de 1849, quando se iniciou a construção do novo edifício da Câmara Municipal de Angra, este dia foi escolhido para lançamento da pedra fundamental no alicerce do portão principal e para a sua inauguração, em 1866. No frontão do edifício, que suporta uma estátua representando Angra do Heroísmo<sup>12</sup>, ficaram gravadas as armas da cidade e a insígnia da Grã Cruz de Torre e Espada atribuída pela rainha, em 1837. Algumas vezes também se representavam pequenas peças de teatro. No ano de 1843, foi apresentada ao público uma peça da autoria de João Eduardo d' Abreu Tavares, alusiva à batalha desenrolada na Praia. No ano de 1850, foi exibida uma Dança de Guerreiros, o que revela vontade de incluir a participação popular nos festejos.

Com estes pequenos eventos procurava-se ligar a comemoração a actos concretos que podiam mais facilmente ficar gravados na memória da população.

Para as comemorações na Praia, as informações são muito escassas. Há notícias vagas sobre uma comemoração em 1835 e outra para 1843 que regista salva de tiros,

embandeiramento de algumas casas e uma representação teatral. Para os anos seguintes as notícias são raras e tudo indica que as celebrações se limitavam a missas por alma dos combatentes e trechos musicais interpretados pela filarmônica União Praisense, depois da sua fundação em 1866, defronte da Câmara.

As comemorações eram algumas vezes utilizadas para propaganda política partidária. No ano de 1879, os progressistas que acabavam de se organizar na Terceira, aproveitaram a comemoração na Praia, para realizar uma sessão solene no seu Centro, com a presença do governador civil. Fizeram deslocar tropa até à vila, mobilizaram os caciques das freguesias rurais, alunos e professores, apropriando-se politicamente do acontecimento<sup>13</sup>

Só no ano de 1895, a efeméride foi festejada na Praia da Vitória de forma solene, com uma grande participação popular. O ministro da Marinha, aproveitando a presença da corveta-escola Duque da Terceira nos mares dos Açores, terá sugerido à Câmara da Praia um programa de festas para que os oficiais participassem. A Câmara aceitou a proposta e organizou um programa que acabou por ter, também, a adesão dos angrenses e do denominado "partido liberal", conjunto de cidadãos das mais diversas tendências políticas que se uniram para a defesa dos ideais liberais então ameaçados. A mobilização foi de tal ordem que se esgotaram todos os carros de aluguer e foi preciso recorrer à canhoneira Açores para transportar 200 pessoas de Angra, incluindo autoridades e jornalistas. Segundo os jornais, a comemoração terá tido a participação de 10.000 pessoas.

As cerimónias iniciaram-se pelas 10H30, com a reunião das autoridades na Câmara. Foi, depois, organizado um cortejo, aberto com os estandartes das duas Câmaras, que se dirigiu para o areal, onde foi celebrada uma missa. Foi montado um altar, ladeado por dois pavilhões destinados às autoridades civis e militares. Ao levantar da hóstia salvou a Bateria de Artilharia, o que provocou um efeito cénico inusitado. Depois da missa, o cortejo regressou novamente à Câmara, estando o largo fronteiro, denominado *Il de Agosto*, todo ornamentado. No frontispício do edifício do município estavam colocados os escudos das duas municipalidades. Os barcos ancorados na baía também estavam ornamentados com bandeiras e festões.

Na parte da tarde, a Câmara ofereceu um lanche à oficialidade de terra e mar, onde se pronunciaram discursos, entrecortados por alguns brindes. Uma vez mais, a tónica dominante era a de que aquele "arrojado feito veio consolidar a Causa Liberal e decidir o triunfo das instituições vigentes"<sup>14</sup>.

Durante a tarde, houve música em vários locais da vila e os oficiais da corveta-escola visitaram os fortes, onde lhes foi explicado o desenrolar dos acontecimentos militares ocorridos no dia da batalha naval.

À noite houve iluminação e arraial com música. Para as autoridades e marinheiros, foi organizada uma *soirée* dançante. Um grupo de senhoras convidou os oficiais das corvetas para o baile e o comandante autorizou que a canhoneira Açores só partisse para Angra depois da festa, que durou até às três da manhã<sup>15</sup>.

Esta foi a festa mais estrondosa realizada na ilha Terceira durante a Monarquia e que parece ter mobilizado uma parte significativa da população.

O 11 de Agosto teve sempre mais projecção a nível nacional do que o 22 de Junho: porque teve maior envergadura militar, porque foi decisivo para o derrube das forças miguelistas e também porque nele participaram muitos elementos do continente. Os intelectuais liberais nos seus escritos, poéticos ou em prosa, enaltecem o feito que passou a fazer parte também da memória liberal nacional. A importância do 11 de Agosto, reflectiu-se na Maçonaria local e nacional. Em 1832, surgiu em Angra a loja maçónica Onze de Agosto, de obediência ao Grande Oriente Lusitano, Maçonaria do Sul. Dela faziam parte alguns continentais residentes na ilha e um grupo de terceirenses ligados aos acontecimentos liberais: Teotónio Ornelas Bruges, Pedro Homem da Costa Noronha, António Borges Leal Corte Real, Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, João de Carvalhal Silveira, António da Fonseca Carvão Paim da Câmara e António Homem de Noronha, entre outros. Esta loja extinguiu-se em 1843, e alguns dos seus membros transitaram para outra então formada com o nome União e Segredo. Na Praia da Vitória, em 1865, também se fundou uma loja Onze de Agosto. No continente, aquela "data gloriosa" deu nome, pelo menos, a uma loja do Porto (1832) e a uma de Bragança (1843)<sup>16</sup>.

No período da Monarquia, fundou-se na Praia da Vitória um jornal (1868-70) com o nome de *11 de Agosto de 1829*.

No período da República, a Câmara escolheu para feriado municipal aquele dia, mas não se realizaram festas dignas de registo. Mas a imprensa de Angra referia-se algumas vezes ao acontecimento. A Praia continuava a ser glorificada, a liberdade continuava a ser proclamada, mas a perspectiva dos acontecimentos ia mudando sensivelmente. O gesto heróico dos terceirenses ia sendo lentamente enquadrado num quadro mais geral dos feitos gloriosos que os portugueses desencadearam ao longo da história. O discurso comemorativo ia assumindo uma feição nacionalista, em que se exaltava Portugal ou a raça portuguesa. Os heróis liberais passaram a ser colocados em pé de igualdade com os que se distinguiram noutras épocas. Por influência das obras de Gervásio Lima, aprofundava-se o mito da resistência ao domínio filipino e da heroicidade de Brianda Pereira; para o período da Restauração, sobressaía o herói Francisco de Ornelas, ao qual Gervásio Lima dedicou um trabalho que foi publicado precisamente no ano de 1929<sup>17</sup>. Quando chegamos ao final da República, os heróis e os acontecimentos liberais deixavam de ter o monopólio das atenções, como acontecera no período da Monarquia.

Mas no ano de 1929, a Praia da Vitória comemorou o centenário da efeméride, com grande pompa. A comemoração teve algum eco a nível nacional. Em Lisboa, *O Seculo* publicou uma página consagrada à Praia da Vitória e no Museu da Marinha, no dia 13, inaugurou-se uma exposição bibliográfica e iconográfica sobre o acontecimento, iniciativa do director do Arquivo Histórico Militar, tenente-coronel

Ferreira de Lima. Na abertura estiveram presentes o ministro da Guerra e o Chefe do Estado Maior do Exército e muitos escritores. O *Diário da Madeira* publicou o programa das festas e a imprensa micalense também dedicou páginas especiais à Terceira. Segundo o *Portugal Madeira e Açores*, a imprensa fez referências elogiosas ao *Memorial da Praia*, publicação orientada por Vitorino Nemésio<sup>18</sup>.

Por iniciativa da comissão administrativa da Câmara Municipal, a vila esteve em festa durante três dias. O governo também se associou à iniciativa enviando dois navios de guerra que ancoraram na baía. As ruas foram embandeiradas, bem como algumas fachadas de prédios, e ornamentadas com colgaduras, festões e flores. Os navios de guerra foram iluminados e deram salvas de tiros.

A festa iniciou-se no dia 10, com a benção do novo estandarte do município, desenhado e pintado por Abraham Abohbot. Prosseguiu com música tocando pelas ruas, provas de natação e distribuição de esmolos a 100 pobres. À noite houve iluminação e arraial. No dia 11, pelas seis horas da manhã, houve uma salva de vinte e um tiros, seguindo-se uma alvorada tocada pelas filarmónicas. Os forasteiros foram recebidos por grupos de meninas e senhoras que lhes ofereciam flores em troca de um donativo para as casas de caridade. Pelas 10 horas, decorreu no edifício do tribunal a recepção às autoridades e aos convidados. De seguida, organizou-se um cortejo, com a bandeira nacional à frente, no qual se incorporaram o Delegado Especial do Governo para os Açores, as autoridades militares e civis, elementos da polícia cívica, representantes de associações, de funcionários, das juntas de freguesia, do professorado primário, da imprensa e muito público. A abertura do cortejo com a bandeira nacional é um sintoma revelador da ideologia do momento. Nos cortejos dos anos anteriores, o destaque tinha sido dado às bandeiras dos municípios.

O desfile dirigiu-se para o areal, onde foi celebrada uma missa, num altar improvisado, sobre o qual foi erguido um Cristo em tamanho natural. Depois da cerimónia religiosa, o cortejo voltou ao Largo 11 de Agosto, onde estava formada uma força da marinha. No meio do largo, foi inaugurada a estátua da Liberdade, da autoria de Abraham Abohbot, que tem junto dela o brasão de armas atribuído por D. Maria II e um açor. Está colocada num pedestal com inscrições alusivas ao acontecimento. Na frente está um medalhão, com uma baía sulcada de navios miguelistas, com a Praia ao fundo. Nos lados está inscrita a legenda: "Comemoração do 1º Centenário da Batalha de 11 de Agosto, 1829-1929: Mandado erigir pela comissão administrativa da Câmara da Vila da Praia da Vitória, 1929". Atrás: "Aos heróis de 11 de Agosto de 1829".

A estátua foi descerrada pelo Delegado Especial do Governo e a filarmónica tocou o hino 11 de Agosto, com música do tenente Piedade Vaz, chefe da banda militar, e letra de Filomena Serpa.

Mas a estátua, executada por um canteiro do continente, não correspondia ao desenho original de Abohbot e mereceu algumas críticas dos praienses. O jornal *A União* transmitiu esse descontentamento público, mas iliba o autor do projecto,

referindo que a responsabilidade devia ser imputada ao executante. Comparando-a com o desenho original, que esteve exposto, esclarece que “a posição graciosa e airosa da mulher, com as suas fartas tranças caídas naturalmente pelas costas, foi transformada numa criatura acanhada e baixa, com os cabelos presos na nuca e sem pose alguma”. Acrescenta ainda que as dimensões originais não foram respeitadas, nem a posição do açor nem as dimensões do pedestal e os dizeres<sup>19</sup>. Com esta estátua, colocada no largo principal, a Praia da Vitória perpetuava um dos seus momentos de glória, como Angra já o havia feito com a Memória a D. Pedro IV.

As cerimónias prosseguiram com vários discursos no acto de descerramento da estátua e numa sessão que se realizou na Câmara, em homenagem a Teotónio Paim Bruges, filho do 1º conde da Praia. Segundo o jornal *A Pátria*, Teotónio Paim “é a encarnação do passado histórico em todas as suas grandezas épicas e deslumbrantes, desde o primeiro capitão do donatário da ilha, Jacome de Bruges, até ao grande capitão da independência, Francisco de Ornelas, ao primeiro navegador Pedro de Barcelos, a Francisco de Almeida, a João de Ávila”<sup>20</sup>. O herói das lutas liberais era assim homenageado através dos seus descendentes, não tanto pelo seu espírito revolucionário e liberal, mas como símbolo da grandeza dos terceirenses.

À noite houve novamente arraial, música e fogo de artifício. Este foi o dia mais concorrido, calculando-se estarem presentes entre catorze a quinze mil pessoas. Gente de toda a ilha, mas também da Graciosa (150) que se deslocou numa chalupa.

No dia 12, realizaram-se, pela manhã, jogos de futebol e à tarde houve tourada à corda. À noite realizou-se um sarau musico-literário, destacando-se uma conferência e uma peça de teatro, da autoria de Gervásio Lima, denominada *O Veterano da Liberdade*.

Pela pena de Gervásio Lima, sintetizavam-se nestes textos as grandes linhas de força de uma memória que vinha sendo construída ao longo dos anos. E foi, em boa medida, graças à popularidade das suas obras, que essa memória dos grandes feitos liberais sobreviveu ao esquecimento a que foi votada pelo Estado Novo. Mas ironicamente, os seus escritos sobre a história insular e a mitificação de heróis de outras épocas, serviram de base aos ideólogos nacionalistas para promoverem novos heróis que se sobrepujaram à figura de Teotónio Bruges.

Na sua obra, *A Praia há 300 anos*, publicada em 1929, Gervásio Lima embora pretenda colocar a batalha de 11 de Agosto no mesmo plano da acção de Francisco de Ornelas quando aclamou D. João IV, acabou por dar trunfos aos adversários do liberalismo que ensaiavam os primeiros esboços de revisão da história. Em relação à Praia, havia algumas vozes que valorizavam mais a acção de Francisco de Ornelas e tentavam promovê-lo a herói do concelho<sup>21</sup>.

Frederico Lopes ainda tentou contrapor argumentos para salvar a memória liberal, mas em vão. Num artigo publicado no jornal *A Cidade*, afirmava que se foi valiosa a jornada empreendida por Francisco de Ornelas, a do 11 de Agosto, pela

transformação política que operou no país, bem merecia ser comemorada. Com o intuito de motivar os praienses para a defesa deste acontecimento político, lembrava que foi graças a ele que, em 1837, se acrescentou o sobrenome de Vitória à Praia, o título de Muito Notável e o brasão de armas<sup>22</sup>.

A controvérsia estava instalada e as posições liberais começavam a perder terreno. Na carta-prefácio, escrita por Vitorino Nemésio, no livro *Memorial da Muito Notável vila da Praia da Vitória no centenário da acção de 11 de Agosto de 1829*, o autor reflecte a animosidade que já vinha grassando contra a memória liberal e o papel desempenhado pela Terceira: "Eu sei que me vêm com o argumento de que o Liberalismo na Terceira foi planta de flora exótica. Talvez. Mas, assim como o nosso húmus nunca se soube negar às mais desvairadas raízes, assim a Terceira alimentou a causa do século XIX com algum do seu sangue mais quente. (...) Mas, mesmo que nem um só terceirense tivesse contribuído com o seu sangue para o triunfo da Carta; mesmo que o Manuel Caetano do Cabo da Praia não houvesse pedido num forte para lhe aferroarem os filhos esparvoados ao fogo: - ainda assim bastaria, creio, o lembrarmo-nos de que os rochedos da Terceira se empaparam de sangue português, derramado em favor de um mundo novo, para nos comovermos à ideia de que rolou um século sobre isso"<sup>23</sup>.

A intenção de Nemésio ficou registada, mas não teve força para se impor. O próprio título da obra, "acção de 11 de Agosto", era já elucidativo de uma desvalorização do acontecimento que os liberais sempre apreçoaram como uma batalha heróica.

Em 1932, por altura do centenário do povoamento dos Açores, alguns textos já despiam a Praia das suas roupas liberais. Miguel Forjaz enaltece-a pelos seus "feitos acentuadamente heróicos em pró do engrandecimento do nosso querido Portugal" que a colocam num lugar de honra da História da Pátria, mas não os nomeia nem situa no tempo: "Não é sem razão que a Praia goza dos títulos honoríficos que lhe foram concedidos, em épocas de crises agudas e tremendas, em que por vezes perigaram os interesses e integridade da Pátria Portuguesa que ali encontrou legítimos defensores"<sup>24</sup>.

A proposta de revisão do feriado municipal feita em 1935, pelo presidente da Câmara, é no fundo o prolongamento desta lógica de revisão da história que foi operada no Estado Novo. O documento é bem elucidativo dos objectivos que presidem em cada regime à criação de datas festivas<sup>25</sup>.

No seu preâmbulo, o presidente da Câmara critica a parcialidade dos historiadores e enuncia a linha ideológica que deve marcar o novo calendário dos feriados. Salienta na sua proposta que o "Estado Novo, nacionalista em toda a extensão da palavra, tendo levado a ordem e a justiça a todos os ramos da administração pública, quer levar a mesma ordem aos espíritos e a mesma justiça à apreciação e consagração dos actos dos nossos maiores". Segundo ele, a apreciação

das nossas glórias do passado tinha sido feita, até então, de forma apaixonada pelos historiadores. Estes teriam favorecido factos históricos que se ajustavam melhor à ideologia dos exaltadores e colocaram num plano inferior "glórias antigas que tinham sido esmaltadas pela grande virtude e magnífica característica dos portugueses de todos os tempos: o Patriotismo".

Definidos os parâmetros ideológicos, segue-se a reinterpretação histórica do combate ocorrido na Praia, no dia 11 de Agosto de 1829. Na sua perspectiva a vila serviu apenas de palco à luta que se travou entre as esquadras de D. Miguel e as forças em terra que seguiam o partido de D. Pedro. Foi uma luta fratricida, que se travou essencialmente entre continentais, na qual se derramou sangue português. Para desvalorizar o feito, emplado por historiadores parciais, serve-se de outros, que considera imparciais, com o objectivo de concluir que tudo se resumiu a um simples "ataque à Vila da Praia".

O presidente da Câmara baseou-se no artigo que Belisário Pimenta escrevera no *Memorial da Praia*, para desvalorizar o acontecimento em termos históricos e rebater a memória construída que o encarava como determinante para o triunfo de uma nova era que libertou Portugal: "se triunfo houve foi precisamente o daquela ideologia cujas consequências levaram o nosso país a recorrer à Revolução Nacional, para que ele pudesse retomar o fio da sua tradição histórica, talhado ao jeito dos feitos gloriosos dos portugueses e das gloriosas acções dos nossos maiores".

Ao apontar o liberalismo e republicanismo como concepções ideológicas que não se enquadravam na tradição histórica portuguesa, legitimava o novo poder como o fiel continuador dessa tradição interrompida pelos desvarios das ideologias referidas.

Se pelas razões apontadas de carácter histórico e ideológico, o dia 11 de Agosto não podia servir como dia festivo do município, apontava ainda outra razão de princípio que considerava inerente ao nacionalismo: "tudo o que separou os portugueses uns dos outros, não pode ser louvado hoje em dia. Somos pela união de todos os portugueses no passado, no presente e no futuro. Os desaguados entre irmãos não são para mostrar ao esplendor da luz do sol, antes são para os deixar no escuro e no esquecimento".

Contestada a lógica que suportava a escolha do feriado no passado, o presidente enquadrava a sua proposta num movimento mais geral que se desenrolava por todo o país. Referiu, como exemplo, a câmara de Lisboa que já tinha substituído o feriado municipal de 13 de Maio, de "homenagem ao marquês de Pombal, o grande reedificador de Lisboa após o terramoto", pelo dia 25 de Outubro, data em que se comemorava a tomada de Lisboa aos mouros pelas forças cristãs de D. Afonso Henriques. Acrescenta ainda que outras câmaras tinham seguido o exemplo de Lisboa.

A lógica ditatorial do Estado Novo procurava, deste modo, apagar da memória colectiva valores conotados com outras ideologias e substituí-los por outros consentâneos com a filosofia que o sustentava.

O presidente propôs, como data apropriada para o feriado municipal, o dia 24 de Março. Neste dia e no ano de 1641, o povo da Praia aclamara D. João IV, sob a liderança do capitão Francisco Ornelas da Câmara, num rasgo de elevado patriotismo sem o auxílio de quem quer que fosse: "nem do Continente da Nação, nem sequer da cidade de Angra".

Este sim, era o dia de glória dos praienses, porque actuaram sozinhos, porque o seu patriotismo subiu mais alto e as suas virtudes cívicas atingiram o seu expoente. Aquela data representava uma "página brilhante a resplandecer o passado e a animar o presente". O povo, como herói colectivo, havia manifestado o seu desejo integral de independência, mas era preciso encontrar um herói de carne e osso para servir de exemplo. Francisco Ornelas da Câmara recebe esse estatuto, de homem iluminado, "incarnação das grandes virtudes cívicas da raça lusitana" e "personificação do Patriotismo Português".

Para valorizar ainda mais a sua escolha, o presidente da Câmara, Braga da Cruz, realçava que nesta data não houve lutas entre irmãos, como acontecera no 11 de Agosto.

Pelas razões apontadas, o 24 de Março foi enaltecido como a data mais gloriosa da história da vila da Praia. O valor simbólico que transporta, o do patriotismo e o desejo de independência, integrava-se plenamente na lógica do regime: "é isto que o nosso nacionalismo aceita, é isto que o nosso nacionalismo exalta, é isto que o nosso nacionalismo admira".

Este documento é um excelente exemplo revelador da forma como a história pode ser apropriada em proveito das ideologias e dos regimes.

Depois do 25 de Abril, o feriado municipal passou a ser comemorado em data móvel até se fixar em 20 de Junho, dia em que a vila recebeu o estatuto de cidade no ano de 1981. A proximidade desta data com a das festas Sanjoaninas, realizadas em Angra, obrigou a cidade da Praia a realizar as suas festas na semana de 11 de Agosto. O peso da memória liberal acabou por estar presente na escolha desta segunda data. E no ano de 1991, na primeira edição das festas do concelho, e em outros momentos, foi evocado o liberalismo. Deste modo, se perpetuou a memória do "eternamente fausto" dia 11 de Agosto que ainda hoje continua incorporado no património histórico-cultural de uma boa parte dos terceirenses.

## Notas

<sup>1</sup> Maria Isabel João, *Memória e Império - Comemorações portuguesas de 1880 a 1960*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa, 1999

<sup>2</sup> Angrense, 17-8-1843

<sup>3</sup> *As Festas Liberaes em 22 de Junho de 1902, commemorativas do glorioso dia 22 de Junho de 1828*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1902, p. 95

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 54

<sup>5</sup> Angrense, 17-8-1843

<sup>6</sup> O 11 de Agosto de 1829, 26-3-1868

<sup>7</sup> O 11 de Agosto de 1829, 11-8-1869

<sup>8</sup> Angrense, 14-8-1862

<sup>9</sup> Angrense, 15-8-1844

<sup>10</sup> Angrense, 16-8-1849

<sup>11</sup> Angrense, 15-8-1850

<sup>12</sup> Angrense, 28-12-1865

<sup>13</sup> Angrense, 14-8-1879

<sup>14</sup> A Terceira, 17-8-1895

<sup>15</sup> A Terceira, 10-8-1895

<sup>16</sup> A.H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal - Política e Maçonaria - 1820-69 - 1.ª Parte*, vol II, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 209

<sup>17</sup> Gervásio Lima, *A Praia há 300 anos*, Angra do Heroísmo, Livraria Andrade, 1929.

<sup>18</sup> Portugal, Madeira e Açores, Lisboa, 22 de Agosto de 1929

<sup>19</sup> A União, 19-8-1929. Para descrever estas festas baseámo-nos nos artigos publicados entre 10 e 19 de Agosto.

<sup>20</sup> A Pátria, 11-8-1929

<sup>21</sup> Luís da Silva Ribeiro defendeu também essa opinião no *Correio dos Açores* de 9.8.1929

<sup>22</sup> A Cidade, 18-8-1929

<sup>23</sup> Vitorino Nemésio, in *Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória...*, pp. XII-XIII.

<sup>24</sup> A União, 4-5-1932

<sup>25</sup> In Pedro de Merelim, *Freguesias da Praia*, 2.º volume, Angra do Heroísmo, Edição da Direcção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura, 1983, pp. 602-5